



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13623218>

e-ISSN: 2177-8183

**CONHECIMENTO DE PRÁTICAS DE PRIMEIROS SOCORROS ENTRE
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

***KNOWLEDGE ABOUT FIRST AID PRACTICES PERFORMED AMONG PUBLIC
SCHOOL TEACHERS***

***CONOCIMIENTO DE PRÁCTICAS DE PRIMEROS AUXILIOS ENTRE LOS
PROFESORES DE LA RED DE ENSEÑANZA PÚBLICA***

Nathan Alves Carvalho
nathancarvalho22@gmail.com
Graduação em Medicina - Univasf

Lucas Araújo Souza
llucasasouza@gmail.com
Graduação em Medicina – Univasf

Iukary Takenami
iukary.takenami@univasf.edu.br
Doutora em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa-FIOCRUZ
Docente – Univasf (*campus* Paulo Afonso -BA)

Roberta Stofeles Cecon
roberta.cecon@univasf.edu.br
Doutora em Ciência da Nutrição –UFV
Docente – Univasf (*campus* Paulo Afonso -BA)

Maria Augusta Vasconcelos Palácio
augusta.palacio@univasf.edu.br
Doutora em Educação em Ciências e Saúde –UFRJ
Docente – Univasf (*campus* Paulo Afonso -BA)

RESUMO

No ambiente escolar, onde frequentemente ocorrem acidentes envolvendo crianças e adolescentes, os professores desempenham um papel crucial ao prestar os primeiros socorros. No entanto, nem todos estão devidamente preparados para lidar com essas

situações, o que pode resultar em atrasos no acionamento de socorro especializado e na realização de cuidado imediato que poderia aumentar a sobrevivência e prevenir futuras sequelas. Dessa forma, objetiva-se avaliar o conhecimento de práticas de primeiros socorros entre professores da rede pública de ensino e investigar o entendimento de gestores escolares sobre a Lei Lucas e sua aplicação em um município baiano. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com delineamento transversal, realizada com professores e gestores de escolas e creches do referido município. A coleta de dados foi realizada por meio de dois questionários online semiestruturados. O primeiro questionário, respondido por 47 professores (12 homens e 35 mulheres), abordou os conhecimentos sobre primeiros socorros. O segundo, respondido por 17 gestoras, todas do sexo feminino, tratou especificamente dos conhecimentos sobre a Lei Lucas. Dos 47 professores, 40 (85,1%) já vivenciaram alguma situação de urgência e emergência pediátrica no ambiente escolar. Entretanto, observou-se um nível de conhecimento relativamente baixo, especialmente no manejo de situações críticas, como traumatismo crânio encefálico e obstrução de vias aéreas por corpo estranho, com taxas de erro de 95,7% e 87,2%, respectivamente. Além disso, apesar da presença de uma divulgação eficaz sobre a Lei Lucas, foi constatada uma baixa efetividade em sua aplicação no município pesquisado. Esses achados destacam a necessidade de investimentos em treinamentos e políticas eficazes para aprimorar a capacitação dos professores em primeiros socorros e promover a implementação efetiva da Lei Lucas nas escolas.

Palavras-chave: Primeiros Socorros. Urgências Pediátricas. Acidentes Escolares. Lei Lucas.

ABSTRACT

In the school environment, where accidents involving children and adolescents frequently occur, teachers play a crucial role in providing first aid. However, not all are adequately prepared to handle these situations, leading to delays in seeking specialized assistance and providing immediate care that could enhance survival and

prevent future complications. Thus, the objective is to evaluate the knowledge of first aid practices among public school teachers and investigate the understanding of school managers regarding the Lucas Law and its application in a municipality in Bahia. This is a quantitative research with a cross-sectional design conducted with teachers and managers from schools and daycares in the mentioned municipality. Data collection was carried out through two semi-structured online questionnaires. The first questionnaire, answered by 47 teachers (12 men and 35 women), addressed knowledge about first aid. The second, answered by 17 female managers, specifically focused on knowledge about the Lucas Law. Out of the 47 teachers, 40 (85.1%) have experienced some pediatric emergency situation in the school environment. However, a relatively low level of knowledge was observed, especially in managing critical situations such as traumatic brain injury and airway obstruction by a foreign body, with error rates of 95.7% and 87.2%, respectively. Furthermore, despite effective promotion of the Lucas Law, low effectiveness in its application in the researched municipality was noted. These findings underscore the need for investments in training and effective policies to enhance teacher training in first aid and promote the effective implementation of the Lucas Law in schools.

Key words: First Aid. Pediatric Urgence. School Accidents. Lei Lucas.

RESUMEN

En el entorno escolar, donde ocurren con frecuencia accidentes que involucran a niños y adolescentes, los profesores desempeñan un papel crucial al brindar primeros auxilios. Sin embargo, no todos están debidamente preparados para enfrentar estas situaciones, lo que puede resultar en demoras en la búsqueda de asistencia especializada y en la prestación de atención inmediata que podría aumentar la supervivencia y prevenir futuras secuelas. Por lo tanto, el objetivo es evaluar el conocimiento sobre las prácticas de primeros auxilios entre los profesores de la red

pública de enseñanza e investigar la comprensión de los gestores escolares sobre la Ley Lucas y su aplicación en el municipio en Bahía. Se trata de una investigación de enfoque cuantitativo, con diseño transversal, realizada con profesores y gestores de escuelas y guarderías de dicho municipio. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante dos cuestionarios en línea semiestructurados. El primer cuestionario, respondido por 47 profesores (12 hombres y 35 mujeres), abordó conocimientos sobre primeros auxilios. El segundo, respondido por 17 gestoras, todas mujeres, se centró específicamente en conocimientos sobre la Ley Lucas. De los 47 profesores, 40 (85.1%) ya han vivenciado alguna situación de urgencia y emergencia pediátrica en el entorno escolar. Sin embargo, se observó un nivel de conocimiento relativamente bajo, especialmente en el manejo de situaciones críticas como traumatismo craneoencefálico y obstrucción de las vías respiratorias por cuerpo extraño, con tasas de error del 95.7% y 87.2%, respectivamente. Además, a pesar de la presencia de una divulgación eficaz sobre la Ley Lucas, se constató una baja efectividad en su aplicación en el municipio investigado. Estos hallazgos destacan la necesidad de invertir en capacitación y políticas efectivas para mejorar la formación de los profesores en primeros auxilios y promover la implementación efectiva de la Ley Lucas en las escuelas.

Palabras-clave: Primeros Auxílios. Urgencias Pediátricas. Accidentes Escolares. Ley Lucas.

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente onde comumente acontecem acidentes, uma vez que reúne em seu espaço um grande número de crianças e adolescentes constantemente envolvidas em diversas atividades motoras. Esse público, devido às suas características específicas de desenvolvimento físico e comportamental, é considerado particularmente vulnerável. Fatores como vias aéreas mais estreitas,

menor massa corporal e derme mais fina contribuem para essa vulnerabilidade (Sonmez; Uskun; Pehlivan, 2014). Dessa forma, diante da possibilidade de ocorrência de eventos como engasgo, lesões, intoxicações e outros incidentes, os professores desempenham um papel crucial como o primeiro ponto de contato da criança com o atendimento. Para isso, é essencial que estejam devidamente capacitados em primeiros socorros para assim realizar um atendimento imediato (Zonta *et al.*, 2019).

Os acidentes envolvendo crianças e adolescentes abrangem uma variedade de causas, resultando em elevados índices de morbidade e mortalidade na população. Conforme dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) de 2018, causas externas como acidentes de transporte (19,86%) e afogamentos (19,76%) foram as principais causas de óbito nas faixas etárias de zero a nove anos (Ilha, 2021). Devido ao processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e motor, a criança não possui discernimento quanto aos perigos associados a certas ações, como colocar objetos na boca ou correr sem observar a direção, fatores que contribuem para acidentes como lesões traumáticas, contusões e outras formas de agravos à saúde, que podem ocorrer de forma súbita, de forma intencional ou acidental (Ilha, 2021).

Estabelecendo uma linha temporal, o Ministério da Saúde (MS) tem buscado prevenir a morbimortalidade por causas externas desde 2001, quando aprovou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Essa iniciativa visa desenvolver ações articuladas e sistematizadas, além de determinar os órgãos e as entidades responsáveis por promover ou readequar seus planos, programas, projetos e atividades conforme as diretrizes estabelecidas pela política (Brasil, 2001). Em 2007, em parceria com o Ministério da Educação, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), com o objetivo de contribuir com a formação dos estudantes da rede pública, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (Brasil, 2007). Posteriormente, em cinco de agosto de 2015, foi então instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), visando proteger e promover a saúde infantil e o aleitamento materno, mediante atenção e

cuidados integrais e integrados, com o propósito de reduzir a morbimortalidade (Brasil, 2015).

No entanto, diante do crescimento do número de lesões em ambientes escolares, em outubro de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.722, conhecida como Lei Lucas. Esta Lei estabelece a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados, abrangendo a educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil (Brasil, 2018). O nome da Lei homenageia Lucas Begalli, uma criança que faleceu em uma excursão escolar por asfixia devido a engasgamento, não sendo socorrido a tempo pelas professoras presentes em razão da falta de capacitação na realização de manobras de primeiros socorros (Sousa, 2020).

O texto da Lei Lucas preconiza a oferta anual de cursos especializados em práticas de primeiros socorros aos profissionais de escolas, promovidos por entidades municipais ou estaduais para os estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados. Assim, a norma visa capacitar professores e funcionários para que possam, preventivamente, reconhecer e agir em situações de emergência e urgência médicas, até que o suporte médico especializado se torne disponível (Brasil, 2018).

Nas situações de urgência e emergência, as ações iniciais, conhecidas como primeiros socorros, visam auxiliar pessoas em sofrimento ou risco de morte. Salienta-se que qualquer pessoa, mesmo que não seja profissional da área da saúde, pode obter a capacitação necessária para prestar atendimento (Galindo Neto *et al.*, 2017). Dessa forma, quando a população está preparada para prestar primeiros socorros, estabelece-se uma cadeia de atuação preventiva e de rápida resposta, auxiliando até a chegada de profissionais de saúde e reduzindo riscos futuros, sobretudo quando o público-alvo são crianças e adolescentes, que demandam uma atenção especial em situações de emergência.

Em estudo realizado sobre a autoconfiança de leigos em contexto escolar para realização de procedimentos de primeiros socorros, destaca-se a importância da combinação de experiências prévias com conhecimento teórico, como melhor forma de promover um manejo qualificado de situação de urgência e emergência. Essa metodologia se baseia em métodos estudados por profissionais da saúde durante sua formação acadêmica e demonstra que a vivência prática *in loco* é capaz de melhorar os níveis de confiança, habilidades para realizar procedimentos e resolutividade (Zonta *et al.*, 2019).

Para tanto, em caso de ocorrência de lesões em crianças e adolescentes na escola, torna-se imprescindível o manejo inicial da intercorrência, envolvendo o uso de técnicas que podem ser complexas e cujo aprendizado abrange tanto a esfera cognitiva quanto motora (Calandrim *et al.*, 2017). Assim, a capacitação adequada dos profissionais que atuam no contexto escolar é indubitavelmente crucial, pois pode evitar a repetição de casos como o de Lucas Begalli, contribuindo para o aumento da sobrevivência e a redução de sequelas futuras.

Nesse contexto, objetiva-se avaliar o conhecimento de práticas de primeiros socorros entre professores da rede pública de ensino e investigar o entendimento de gestores escolares sobre a Lei Lucas e sua aplicação em um município baiano.

METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa quantitativa, com delineamento transversal, realizada com professores e gestores da rede pública de ensino em um município baiano. A escolha pelo delineamento transversal foi motivada pela necessidade de conduzir uma avaliação pontual das variáveis em foco, dispensando a obrigação de um acompanhamento ao longo do tempo.

O município, localizado no interior e norte do estado da Bahia, conta com 23 escolas e oito creches, abrangendo um total de 584 professores, conforme dados da

Secretaria de Educação do município. Para a seleção dos participantes, todos os professores e gestores que atenderam aos critérios de inclusão, como idade igual ou superior a 18 anos e lotados em escolas públicas no município, foram considerados. A abordagem para inclusão dos voluntários envolveu a assinatura virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de dois questionários semiestruturados, adaptados de acordo com o público-alvo. O primeiro questionário foi elaborado para explorar os conhecimentos em primeiros socorros e o manejo de situações de urgência e emergência entre os professores, considerados socorristas leigos. Este questionário contava com duas seções: uma de natureza sociodemográfica e outra com questões específicas sobre primeiros socorros, contendo 16 perguntas, sendo 13 de natureza objetiva e três de respostas curtas.

O segundo questionário tinha como objetivo investigar o entendimento dos gestores escolares sobre a Lei Lucas e sua aplicação no município. Este contava com duas seções: uma de natureza sociodemográfica e outra com questões específicas sobre a Lei Lucas, contendo nove perguntas, sendo seis de natureza objetiva e três de respostas curtas. Todas as perguntas objetivas apresentavam uma alternativa correta e três incorretas. Ambos os questionários foram desenvolvidos com base nos protocolos de referência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (Brasil, 2016) e no documento base da Lei Lucas (Brasil, 2018).

A aplicação dos questionários ocorreu de forma remota, no período de janeiro e fevereiro de 2022, utilizando um formulário online no Google Forms, enviado aos participantes por meio digital, como WhatsApp e outras redes sociais. Essa abordagem foi adotada na época para manter o distanciamento social e seguir as precauções relacionadas à COVID-19, conforme orientações das autoridades de saúde. Os dados coletados a partir dos questionários online foram organizados em um banco de dados no software Microsoft Excel 2016. Análises estatísticas descritivas foram realizadas com o auxílio do software SPSS for Windows, versão 21.0, sendo os

dados apresentados em gráficos e/ou tabelas, e discutidos a partir do referencial teórico que orienta esse estudo.

A pesquisa seguiu todas as recomendações e princípios éticos preconizados pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovada em 08 de março de 2021 pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIVASF, sob parecer nº 4.577.425 e CAAE: 19698919.0.0000.5196.

RESULTADOS

O estudo envolveu a participação de 47 professores que responderam o primeiro questionário sobre os conhecimentos em primeiros socorros e o manejo de situações de urgência e emergência. Do total, a maioria era representada por mulheres, totalizando 74,4% (n=35). Em relação à formação acadêmica, todos os participantes possuíam ao menos a graduação e com idades variando entre 26 e 60 anos.

A primeira questão abordada no questionário explorou as experiências dos professores em situações de urgências e emergências pediátricas no ambiente escolar, respondidas positivamente por 40 (85,1%) professores. Entre as ocorrências mais frequentes, identificou-se a epistaxe (55%), sangramentos (37,5%) e crise convulsiva (32,5%) (Tabela 01).

Tabela 01 – Situações de urgência e emergência presenciadas por professores em contexto escolar. Paulo Afonso-BA, Brasil.

EVENTO	N	%
OVACE	03	7,5%
PCR	04	10%
Epistaxe	22	55%
Crise convulsiva	13	32,5%
Intoxicação por substância cáustica	02	5%
Traumatismo ocular	01	2,5%
TCE	02	5%

Fraturas	10	25%
Sangramentos	15	37,5%
Queimadura	01	2,5%
Outros	02	5%

Fonte: autoria própria. Ano: 2022.

*OVACE (Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho); PCR (Parada Cardiorrespiratória); Epistaxe (sangramento nasal); TCE (Traumatismo Crânio Encefálico).

Para avaliar o conhecimento acerca das práticas de primeiros socorros, foram apresentadas questões relacionadas a situações-problema envolvendo cada um desses eventos. Observou-se uma maior frequência de respostas inadequadas para situações como Traumatismo Cranioencefálico (TCE) com 95,7%, Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE) parcial com 87,2% e Epistaxe com 76,6% e (Tabela 02).

Tabela 02 – Taxa de erros obtidos na verificação do conhecimento de professores no manejo inicial de possíveis situações de urgência e emergência Paulo Afonso-BA, Brasil.

ERROS DE CONDUTA	N	%
OVACE parcial	41	87,2%
OVACE completo	14	29,8%
PCR	30	63,8%
Epistaxe	36	76,6%
Crise convulsiva	24	51,1%
Intoxicação por substância cáustica	06	12,8%
Traumatismo ocular	33	70,2%
TCE	45	95,7%
Sangramentos	27	57,4%

Fonte: autoria própria. Ano: 2022.

*OVACE (Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho); PCR (Parada Cardiorrespiratória); Epistaxe (sangramento nasal); TCE (Traumatismo Crânio Encefálico).

Outro aspecto analisado foi o conhecimento sobre os números de emergência, como o SAMU e os Bombeiros, a serem contatados em caso de agravos ou quando a população não dispõe de condições ou conhecimentos para intervir. Dos respondentes, 93,6% (n=44) acertaram o número do SAMU, enquanto 76,6% (n=36) acertaram o número dos Bombeiros. Ademais, 11 professores relataram ter precisado acionar esses números em situações como desmaio, PCR e crises convulsivas.

O segundo questionário, aplicado aos gestores escolares para avaliar o conhecimento sobre a Lei Lucas, envolveu 17 diretoras de escolas, todas mulheres, graduadas e com idades entre 42 e 55 anos. Quando questionadas, 100% delas julgaram necessários conhecimentos de primeiros socorros para atendimento à possíveis vítimas. Entretanto, apenas 52,9% (n=9) demonstraram conhecer a Lei nº 13.722/18 – Lei Lucas, e 76,6% (n=13) considera que a Lei não tem sido aplicada de maneira efetiva no município.

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste estudo revelam um panorama recorrente nas pesquisas sobre o conhecimento e/ou habilidade de leigos em realizar primeiros socorros (Silva *et al.*, 2022; Cabral; Oliveira, 2019). Conforme Pergola e Araújo (2008), somente 18,7% (75/385) dos participantes pesquisados acertaram a respeito da primeira medida a ser adotada em situações envolvendo vítimas desacordadas. Por outro lado, a maioria dos entrevistados, totalizando 267/385 (69,6%), estava ciente do número do serviço de emergência a ser acionado (Pergola; Araujo, 2008). Esses resultados assemelham-se a este estudo em que apenas 12,8% (n=6) dos participantes conheciam a primeira medida a ser tomada, enquanto 93,6% (n=44) estavam familiarizados com o número do SAMU ou Bombeiros.

Em estudo realizado por Moreno e Fonseca (2021) acerca do conhecimento dos professores e servidores de um colégio após a aplicação das oficinas de primeiros

socorros, baseado na implementação da Lei Lucas, identificou-se um conhecimento superficial da manobra de desobstrução de vias aéreas. No entanto, de um modo geral, os autores destacaram um aumento geral do conhecimento em práticas de primeiros socorros quando os profissionais são submetidos a capacitações (Moreno; Fonseca, 2021).

Outros estudos, direcionadas a estudantes da área da saúde, também revelam lacunas no conhecimento sobre suporte básico de vida (SBV) em situações de urgência e emergência. Silva *et al.* (2021) identificaram um déficit significativo no conhecimento dos estudantes de graduação em saúde sobre SBV na parada cardiorrespiratória. Igualmente, Silva-Júnior e Muller (2021) apontaram um baixo nível de conhecimento em SBV entre formandos da área da saúde. Esses resultados associados aos do presente estudo, indicam lacunas no processo educacional em saúde, destacando a necessidade urgente de intervenções que ampliem o acesso a capacitações de primeiros socorros para promover maior prevenção de doenças e agravos, assim como aumentar as chances de sobrevivência em situações de urgência e emergência

Os resultados revelaram uma tendência a falhas em possíveis atendimentos ocorridos dentro de ambientes escolares, sendo algumas delas possíveis de gerarem mais agravos do que benefícios para os escolares (Zonta *et al.*, 2019). Iniciado precocemente e de forma correta, os primeiros socorros podem aumentar a sobrevivência e diminuir as sequelas das vítimas, podendo ser feitos por qualquer um que esteja devidamente capacitado (Pergola; Araujo, 2008).

A falta de acesso a cursos de capacitação para professores evidencia a incipiente aplicação da Lei Lucas. Recomenda-se treinamento periódico para esses profissionais, conforme preconizado pela Lei, como uma medida para melhorar os indicadores de morbimortalidade infantil por acidentes escolares. Esses treinamentos podem ser conduzidos em parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE),

envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde qualificados para capacitar professores e a equipe técnica da escola (Galindo Neto *et al.*, 2017).

É importante que o conhecimento e treinamento em técnicas de primeiros socorros ultrapasse a teoria, pois é a experiência e a prática que proporcionam autoconfiança para realizar atendimentos de forma rápida e precisa (Zonta *et al.*, 2019). Ademais, deve-se investir na prevenção de acidentes na infância, uma vez que se configura como uma ação que objetiva “interceptar ou anular a evolução dos acontecimentos, evitando que algum dano aconteça mediante o exercício de cuidados físicos, materiais, emocionais e sociais” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 280). Ainda segundo esses autores, fazendo referência à Almeida Filho e Rouquayrol (2003), deve-se “modificar o conceito de que os acidentes estão relacionados com casualidade e imprevisibilidade” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 280). A equipe multiprofissional da escola deve estar familiarizada com as técnicas de assistência à criança e ser proativa na prevenção de acidentes, sejam físicos ou psicológicos (Oliveira *et al.*, 2014).

Por fim, é importante considerar um potencial viés decorrente do uso de um questionário não oficial e não validado nacionalmente, o que pode ter influenciado os resultados. A padronização e o reconhecimento nacional de instrumentos de coleta de dados são elementos cruciais para assegurar a confiabilidade e representatividade das respostas obtidas. Além disso, a aplicação remota dos questionários e a ausência de um cálculo de tamanho amostral também representa uma restrição, limitando a precisão estatística e a capacidade de generalização dos achados para uma população mais extensa. No entanto, vale ressaltar que, mesmo com essa abordagem, os insights obtidos ainda fornecem valiosas informações sobre o conhecimento em primeiros socorros entre os professores da rede pública de ensino no município investigado. Futuros estudos com amostras mais amplas podem complementar essas descobertas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e robusta do tema.

CONCLUSÕES

A análise dos resultados revela uma situação preocupante em relação ao conhecimento dos profissionais da educação sobre técnicas de primeiros socorros no contexto escolar. A constatação de que esse conhecimento é insuficiente aponta para possíveis implicações negativas na efetividade da aplicação da Lei Lucas no município. A ausência de cursos de capacitação contribui para uma limitação na capacidade de manejo inicial, muitas vezes deixando-o à mercê do senso comum ou de experiências prévias nem sempre precisas, o que pode resultar em agravos adicionais.

Além disso, os gestores, embora em sua maioria tenham conhecimento sobre a Lei Lucas, enfrentam desafios na efetiva implementação prática desses conhecimentos. Destaca-se, portanto, a urgência de incluir o ensino de primeiros socorros no currículo de formação de professores e demais profissionais escolares, especialmente no âmbito do ensino público do município. Uma possível solução seria promover parcerias mais estreitas entre as Secretarias da Educação e Saúde, utilizando programas como o PSE como uma plataforma para treinamento contínuo. A colaboração com instituições de ensino superior também pode ser explorada, trazendo qualificações específicas para o ambiente escolar. Ressalta-se a responsabilidade da gestão na implementação de políticas públicas, expondo a necessidade de um planejamento adequado considerando as particularidades de cada realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Elementos da metodologia epidemiológica. *In*: Rouquayrol, Maria Zélia. **Epidemiologia & Saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 193, p. 2, 5 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos de Intervenção para o SAMU 192** - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_basico_vida.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 737, de 16 de maio de 2001. Aprova a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 96-E, p. 3, 18 maio 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_reducao_morbimortalidade_acidentes_2ed.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 6 dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8606-saudenaescola-decreto6286-pdf-1&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)

no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 149, p. 37, 6 ago. 2015. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html#:~:text=2%C2%BA%20A%20PNAISC%20tem%20por,da%20morbimortalidade%20e%20um%20ambiente. Acesso em: 03 mar. 2022.

CABRAL, Elaine Viana; OLIVEIRA, Maria de Fátima Alves. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. **Revista Práxis**, v. 11, n. 22, dezembro, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47385/praxis.v11.n22.712>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CALANDRIM, Lucas Felix; SANTOS, Adriana Breves dos; OLIVEIRA, Lais Rodrigues de; VEDOVATO, Cleuza Aparecida; MASSARO, Luciana Gonçalves; BOAVENTURA, Ana Paula. First aid at school: teacher and staff training. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 292, 21 ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/20045>. Acesso em: 03 mar. 2024.

GALINDO NETO, Nelson Miguel; CAETANO, Joselany Áfio; BARROS, Livia Moreira; SILVA, Telma Marques; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Acta Paul Enferm**: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE. p. 87-93, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/MSchgJRB6rds7HHx4TbWZ9B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ILHA, Aline Gomes; COGO, Silvana Bastos; KOSLOSKI, Tierle Ramos; ANDOLHE, Rafaela; BADKE, Marcio Rossato; COLUSSI, Giovana. Educational actions on first aid for early childhood educational teachers: a quasi-experimental study. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S.L.], v. 55, n. 1, p 1-7, jul. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rkj5nHyVVSTj7H4cJKXfD6c/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MORENO, Sílvia Helena Reis; FONSECA, João Paulo Soares. The importance of first aid workshops after the implementation of the Lucas law: the experience of a high school. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.2, p. 4661-4674, mar./apr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25702>. Acesso em: 03 mar. 2024.

NETO, Nelson Miguel Galindo; CARVALHO, Gerdane Celene Nunes; CASTRO, Régia Christina Moura Barbosa; CAETANO, Joselany Áfio; SANTOS, Ellen Cristina Barbosa; SILVA, Telma Marques; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro. Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola. **Rev. Brasileira de Enfermagem**: REBEn. Edição Temática: Educação e Ensino em Enfermagem, v.71, suppl. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0715>, 2018. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Marília Rosa de; LEONEL, Ana Rita Arrigo; MONTEZELI, Juliana Helena; GASTALDI, Andréia Bendine; MARTINS, Eleine Aparecida Penha; CAVEIÃO, Cristiano. Concepção de graduandos de enfermagem sobre a prática de educação em saúde em primeiros socorros. **Rev. Rene**. p.150-158, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/2695>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Iara Siqueira; SOUZA, Isis Prado; MARQUES, Soraia Matilde; CRUZ, Aline Fernandes. Conhecimento dos educadores sobre a prevenção de acidentes na infância. **Rev. Enferm.** UFPE online, Recife. v.8, n.2, p. 279-285, fev., 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/9672/9708>. Acesso em: 03 mar. 2024.

PERGOLA, Aline Maino; ARAUJO, Izilda Esmenia Muglia. O leigo em situação de emergência. **Rev. Esc. Enferm. USP.**, v.42, n.4, p. 769-776, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/N3HGt6gcZvRv5q6kKR7hZPL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024.

PELEK, Carlos Augusto; SILVA-JUNIOR, Manoelito Ferreira; MÜLLER, Erildo Vicente. Nível de conhecimento sobre suporte básico de vida entre formandos da área de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.45, n.2, mai., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/VYhPBvh8tj8wZdWCX7BmtWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Dados do quantitativo de escolas, creches e professores lotados no município*. 2021.

SILVA, Luiz Felipe Xavier; FILHO, Luiz Alves Moraes; SOUZA, Talita Araujo de; MATOS, José Hiago Feitosa de; SILVA, Jefferson Diego Alencar; BARBOSA, Yaritsa Milena Martins; NASCIMENTO, Ana Karoline de Freitas; CAMARGO, Sara Rafaela Valcacio; FERREIRA, José Nacélio da Silva. Knowledge of health students about basic life support at cardiorespiratory stop. **Research Society and Development**, v. 10, n.7, e21310715277, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15277>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SONMEZ, Yonca; USKUN, Ersin; PEHLIVAN, Azize. *Knowledge levels of pre-school teachers related with basic first-aid practices, Isparta sample**. *Türk Pediatri Ars*, [S.L.], v. 49, n. 3, p. 238-246, 23 set. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4462306/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA; Naara Mascardo; SILVA, Leandra Rodrigues Pontes; SANTOS, Valéria Ferreira dos; REZER, Fabiana. *Revista Nursing*, v.25, n.290, p.8029-8036, 2022. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2597/3155>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Mariana Bastos. A obrigatoriedade dos primeiros socorros nas escolas: análise da Lei 13.722/2018. *Iniciação Científica Cesumar*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 185-194, 21 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/9371/6475>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZONTA, Jaqueline Brosso; EDUARDO, Aline Helena Appoloni; FERREIRA, Maria Verônica Ferrareze; CHAVES, Gabriela Heleno; OKIDO, Aline Cristiane Cavicchiol. Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v.27, e3174, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/N4yjuvXY9MVVJFqgTWpH9xmH/>. Acesso em: 03 mar. 2024.